

PROPOSTA Nº 52 DE 2007



Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR: CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL-
CONDESESUL

DATA DE ENTRADA

11/9/2007

EMENTA:

Requer Audiência Pública para discutir o serviço dos cartórios extrajudiciais.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

CNPJ: 03.005.604/0001-19

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (**X**) Outros (CONSELHO)

Endereço: Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas,
s/nº, Centro

Cidade: Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

Fone: (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317


Correio-eletrônico: andreluis_melo@yahoo.com

Responsáveis: Presidente Zoilda da Paz

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas "a" e "b" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 11 de Setembro de 2007.


Amílcar Amáral Couto
Secretário em exercício

Comissão de Legislação Participativa/DECOM

De: condesesul sul [condesesul@yahoo.com.br]

Enviado em: quinta-feira, 14 de junho de 2007 18:46

Para: Comissão de Legislação Participativa/DECOM

Assunto: encaminhamento pedido de audiência pública para discutir serviço dos cartórios extrajudiciais

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

O Condeseul apresenta Pedido de Audiência Pública para discutir o serviço dos cartórios extrajudiciais, buscando meios de melhorar o acesso do usuário, pelos motivos abaixo explicados.

Pede deferimento

Estrela do Sul-MG, 14/06/07

Condeseul

Justificativa

O serviço de cartórios extrajudiciais é de extrema importância social. Contudo, a Constituição Federal em seu art. 236 da Constituição Federal estipulou que será um serviço público delegado à iniciativa privada, sendo que o mesmo foi regulamentado pela lei 8935/94, além de se valer de leis importantes como a lei de Registros Públicos e também a de Protestos. Ocorre que a Constituição Federal optou pela fiscalização dos serviços ser atribuição do Judiciário, embora não tenha assegurado o monopólio, tal conceito ainda prevalece por questões de razão histórica e cultural.

Entretanto, destaca-se que os serviços de cartório não integram o Judiciário, nem é atividade típica jurisdicional. Portanto por ser atividade delegada deveria, certamente, ser fiscalizada pelos órgãos de defesa do consumidor, mas isso ainda é muito insipiente.

Apesar de a Constituição Federal não estabelecer que a fiscalização seria pelo Judiciário Estadual e inclusive a linha inicial do PL que originou a lei 8935/94 era a federalização, permaneceu o aspecto técnico de ser ligado à esfera estadual. Acontece que a lei 9835/94 acaba por incorrer em várias inconstitucionalidades, pois trata o tema de cartórios extrajudiciais como se fosse uma propriedade do tabelião, em muitos casos. Ademais, permitiu ao Judiciário não apenas a Fiscalização, mas um verdadeiro controle dos serviços, inclusive fazendo os concursos e decretando administrativamente a perda de delegação de um serviço que não delegou, ainda que sejam raras as possibilidades legais.

Porém, a priori, não cabe ao Judiciário administrar registros públicos, nem pode ser órgão que delega funções públicas, pois isso é atividade do Executivo. Assim, inicia-se um sistema de registros públicos extremamente confuso, que ora quer ser público, ora privado, conforme os interesses corporativos, inclusive havendo até mesmo decisões judiciais que violam a própria Constituição Federal e têm entendido que não devem SSQN, o imposto municipal sobre serviços.

Essa confusão estrutural acaba refletindo no usuário do serviço, o qual em pleno século XXI não consegue ter acesso a um banco de dados integrado e informatizado, ou seja, as informações são, em tese, privatizadas, o que é inconcebível em um estado democrático de direito. Além disso, são cobrados emolumentos abusivos e seguidos de taxas de fiscalização pelo Judiciário também abusivas.

Diante disso, para o meio jurídico é mais importante discutir acesso gratuito de pessoas evidentemente carentes para debater temas como dano material e patrimonial em questões relativa a entrada de shows, mas não se efetiva o direito à gratuidade para questões de registro de moradia e até mesmo união estável. Mesmo quando a lei assegura esse direito, este dificilmente é efetivado ou é burlado com cobranças de autenticações e reconhecimentos de firma.

Há cartórios que recebem em torno de um salário mínimo mensal, enquanto há outros que recebem mais quinhentos mil reais por mês. É um dado em projeção, pois os Tribunais não publicam os valores arrecadados. Afinal, quando isso acontecer ficará claro que alguns cartórios são mais lucrativos do que bancos, além

15/6/2007

le não terem concorrência. A própria distribuição de cartórios em relação a Criação de Comarcas é um critério totalmente equivocado.

Na Reforma do Judiciário nada se discute sobre esse tema até o presente momento e apesar de constar como atribuição no CNJ, observa-se que ainda não há nenhuma política efetiva de melhoria nesse serviço essencial. E na prática o Judiciário resume-se a uma fiscalização formal sem nenhuma medida pró-ativa ou de mudança no atendimento.

Em razão desses problemas e com o intuito de contribuir com a melhoria do serviço de cartórios extrajudiciais é que se propõe-se a realização de uma audiência pública para se discutir o tema convidando:

- 1) O Conselho Nacional de Justiça
- 2) A OAB Conselho Federal
- 3) A Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- 4) O Ministério da Justiça
- 5) A Secretaria de Reforma do Judiciário
- 6) A ANOREG (Associação Nacional de Registradores)
- 7) A AMB Associação de Magistrados do Brasil
- 8) A Conamp (Associação Nacional de Promotores)
- 9) ONG Transparência Brasil
- 10) CEBEPEJ (Centro Brasileiro de Pesquisas Judiciais-SP)
- 11) IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas)
- 12) IBGE
- 13) Confaz (Conselho Nacional de Secretários de Fazenda Estadual)
- 14) Walter Ceneviva, doutrinador sobre registro público.
- 15) Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul –Condesesul
- 16) Governo do Distrito Federal, representado os Executivos delegantes da função
- 17) DNPC (Departamento Nacional de Proteção ao Consumidor)

[Novo Yahoo! Cadê?](#) - Experimente uma nova busca.